

NEWSLETTER DIGESTO N.º 12/2016

Disponibilização: 20 de junho de 2016

Período abrangido: 6 a 17 de junho de 2016



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Eletrónica e Simplificação Administrativa
2. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura e Agro-pecuária
 - Florestas
3. Atividade Parlamentar
4. Cidadania
5. Comércio
6. Consumidores
7. Defesa e Forças Armadas
8. Educação
9. Energia
10. Ensino Superior
11. Finanças
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
12. Fundações
13. Justiça
14. Regiões Autónomas
 - Açores
15. Saúde
16. Solidariedade e Segurança Social
17. Transportes e Comunicações

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2016, de 16 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina que todos os órgãos, serviços e estruturas da administração direta do Estado devem registar o seu sítio na Internet sob o domínio classificador .gov.pt., reservando-se a possibilidade da administração indireta do Estado, a título facultativo, proceder ao mesmo registo.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGRO-PECUÁRIA

[Portaria n.º 157/2016, de 7 de junho](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime de aplicação do apoio às operações desenvolvidas no âmbito do plano de ação da Rede Rural Nacional (RRN) para o período de 2014-2020, financiadas pela medida «Assistência Técnica» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

[Decreto-Lei n.º 27/2016, de 14 de junho](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Cria duas linhas de crédito garantidas, dirigidas aos produtores de leite de vaca cru e aos produtores de suínos.

[Portaria n.º 170/2016, de 16 de junho](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera a Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3., «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

- FLORESTAS

[Portaria n.º 167/2016, de 15 de junho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece que, no ano de 2016, o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios vigora de 1 de julho a 30 de setembro, e nele devem ser asseguradas medidas especiais de prevenção contra incêndios florestais.

3. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Resolução da Assembleia da República n.º 103/2016, de 7 de junho](#)

(Assembleia da República)

Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF).

4. CIDADANIA

[Lei n.º 14/2016, de 9 de junho](#)

(Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e o Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, bem como da mudança de localização de um cemitério.

5. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 26-A/2016, de 9 de junho](#) (Economia)

Estabelece os requisitos para a conceção, o fabrico e a colocação no mercado das embarcações de recreio e das motas de água, transpondo a Diretiva n.º 2013/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro.

6. CONSUMIDORES

[Decreto-Lei n.º 26/2016, de 9 de junho](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 1169/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativo à prestação de informação aos consumidores dos géneros alimentícios, e do Regulamento de Execução (UE) n.º 1337/2013, da Comissão, de 13 de dezembro, no que respeita à indicação do país de origem ou do local de proveniência da carne fresca, refrigerada e congelada de suíno, de ovino, de caprino e de aves de capoeira, e transpõe a Diretiva n.º 2011/91/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro.

7. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Portaria n.º 168/2016, de 16 de junho](#) (Defesa Nacional)

Altera a Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro, que aprova o regime aplicável à atividade de nadador-salvador, bem como às restantes entidades que asseguram a informação, apoio, vigilância, segurança, socorro e salvamento no âmbito da assistência a banhistas.

8. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 175/2016, de 14 de junho](#)

(Finanças e Educação - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Educação)

Fixa os montantes do subsídio anual por alunos concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

[Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho](#)

(Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação)

Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

[Lei n.º 16/2016, de 17 de junho](#)

(Assembleia da República)

Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades prevista no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139 -A/90, de 28 de abril, estabelece um regime de salvaguarda de oposição a concurso e garante o direito de ressarcimento aos docentes excluídos da oposição aos procedimentos concursais.

9. ENERGIA

[Diretiva n.º 11/2016, de 9 de junho](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova procedimentos previstos no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados do Setor Elétrico.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2016, de 9 de junho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria as condições para a aplicação automática da tarifa social de energia elétrica e de gás natural, determinando a troca de informações entre os serviços competentes da Administração Pública.

10. ENSINO SUPERIOR

[Decreto-Lei n.º 25/2016, de 9 de junho](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Altera o reconhecimento de interesse público da Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria.

11. FINANÇAS

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2016, de 8 de junho](#)
(Banco de Portugal)

Revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2015, de 17 de setembro, que regulamenta a aplicação da reserva de conservação de fundos próprios prevista no artigo 138.º-D do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

[Portaria n.º 165-A/2016, de 14 de junho](#)
(Finanças)

Altera a Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição sobre o setor bancário.

12. FUNDAÇÕES

[Despacho n.º 7774/2016, de 15 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa)

Reconhece a Fundação Comendador António Soares de Almeida Roque e Família.

13. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 231/2016, de 6 de junho](#)

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do n.º 4 do artigo 103.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que dispõe que «tratando-se de rendimentos sujeitos a retenção que não tenham sido contabilizados nem comunicados como tal aos respetivos beneficiários, o substituto assume responsabilidade solidária pelo imposto não retido».

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2016, de 9 de junho](#)

(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa jurisprudência nos seguintes termos: “O momento temporal a ter em conta para a verificação dos pressupostos do concurso de crimes, com conhecimento superveniente, é o do trânsito em julgado da primeira condenação por qualquer dos crimes em concurso.”.

[Acórdão n.º 297/2016, de 9 de junho](#)

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 52.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, «ao prever um prazo único de cinco anos para a prescrição do procedimento por contraordenação laboral, independentemente da gravidade da infração, do grau de culpa do infrator, da sua capacidade económica ou da moldura aplicável».

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2016, de 14 de junho
(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa o sentido e alcance da cláusula 74.^a, n.º 7 do Contrato Coletivo de Trabalho Vertical (CCTV) do setor dos transportes rodoviários de mercadorias nos seguintes termos: “As alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012 de 25 de Junho ao Código do Trabalho, que determinaram a redução do valor do trabalho suplementar e suspenderam pelo período de 2 anos a vigência da cláusula 40.^a do CCTV do setor dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 9 de 8/03/1980, com as sucessivas alterações, não se repercutem no valor mensal atribuído à retribuição prevista na Cláusula 74.^a n.º 7 do mesmo CCTV, não determinando a sua redução em função do valor atribuído ao trabalho suplementar.”.

Acórdão n.º 277/2016, de 14 de junho
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma extraída dos artigos 30.º, 31.º e 32.º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, segundo a qual «os inquilinos que não enviem os documentos comprovativos dos regimes de exceção que invoquem (seja quanto aos rendimentos, seja quanto à idade ou ao grau de deficiência) ficam automaticamente impedidos de beneficiar das referidas circunstâncias, mesmo que não tenham sido previamente alertados pelos senhorios para a necessidade de juntar os referidos documentos e das consequências da sua não junção».

Acórdão n.º 331/2016, de 14 de junho
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma que se extrai da alínea b) do artigo 9.º da Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 56.º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, segundo a qual constitui fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa a condenação, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa, quando foi aplicado o mecanismo da dispensa de pena.

[Aviso n.º 7530-A/2016, de 15 de junho](#)

(Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça)

Publicita a aprovação das regras para a fixação do número máximo de processos para que podem ser designados os agentes de execução ou as sociedades que integrem.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2016/A, de 16 de junho](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2015/A, de 12 de agosto, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o regime de apoio à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro.

15. SAÚDE

[Despacho n.º 7368-A/2016, de 3 de junho](#)

(Finanças e Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e da Saúde)

Determina que os hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde do Serviço Nacional de Saúde, com natureza de entidade pública empresarial, devem assegurar o desenvolvimento das ações necessárias à plena adoção do referencial contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) em 1 de janeiro de 2017.

[Despacho n.º 7516-A/2016, de 6 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina condições para a limitação de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática, disponíveis nas instituições do Ministério da Saúde, com vista a implementar um conjunto de medidas para a promoção da saúde em geral, e em particular para a adoção de hábitos alimentares saudáveis.

[Despacho n.º 7546/2016, de 7 de junho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que a vacina contra a gripe sazonal é gratuita na época 2016/2017 para pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, bem como para outros grupos alvo prioritários definidos em orientação anual da Direção-Geral da Saúde.

[Decreto-Lei n.º 24/2016, de 8 de junho](#)

(Saúde)

Estabelece um regime especial e transitório para admissão de pessoal médico, na categoria de assistente, da carreira especial médica e da carreira médica das entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde.

[Portaria n.º 159/2016, de 8 de junho](#)
(Saúde)

Altera a Portaria n.º 838/2010, de 1 de setembro, que reconhece a licenciatura em Dietética e Nutrição da Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa como adequada ao ingresso no ramo de nutrição da carreira de técnico superior de saúde.

[Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que todos os serviços e organismos dependentes ou tutelados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, incluindo as entidades públicas empresariais, devem remeter ao Ministro da Saúde, através da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., relatórios trimestrais, elaborados pelo respetivo Auditor Interno, respeitantes à execução financeira no trimestre anterior.

[Despacho n.º 7709-C/2016, de 9 de junho](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que qualquer quantia recebida a título de subsídio, patrocínio ou subvenção, concedida aos serviços e organismos dependentes ou tutelados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, não pode constituir um incentivo, nem contrapartida da recomendação, prescrição, aquisição, fornecimento, venda ou administração de medicamentos, ou de outros dispositivos médicos ou tecnologias de saúde.

[Portaria n.º 165/2016, de 14 de junho](#)
(Saúde)

Altera a Portaria n.º 340/2015, de 8 de outubro, que regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais, bem como as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos.

16. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 158/2016, de 8 de junho](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

[Portaria n.º 160/2016, de 9 de junho](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera a Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, que aprova os Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P..

[Portaria n.º 161/2016, de 9 de junho](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens e do abono de família pré-natal, correspondentes aos 2.º e 3.º escalões e respetivas majorações, regulados pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, e os montantes da bonificação por deficiência do abono de família para crianças e jovens e do subsídio por assistência de terceira pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio.

[Portaria n.º 162/2016, de 9 de junho](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Atualiza as pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2016.

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Regulamento n.º 593/2016, de 15 de junho

(Autoridade Nacional de Comunicações)

Aprova o Regulamento para Operação do Sistema de Transmissão de Dados em Radiodifusão (RDS).

Lei n.º 15/2016, de 17 de junho

(Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio (Lei das Comunicações Eletrónicas).

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Dados Gerais

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

Tipo Diploma: Lei

Número: 46/2007

Data Assinatura: 2007-08-24

Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República

Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 163, de 2007-08-24, Pág. 5680 - 5682

Entrada em Vigor: 2007-09-01, com excepção do art. 30º

Notas aos Dados Gerais

1 - O art. 30º da presente Lei produz efeitos com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado posterior à sua aprovação;

2 - O regulamento e o mapa de pessoal previstos na Lei n.º 8/95, de 29 de Março, continuam a ser aplicáveis até à entrada em vigor do instrumento jurídico a que se refere o n.º 1 do art. 32.º

Resumo

Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção introduzida pelas Lei n.os 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à reutilização de informações do sector público.

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Aplica/Regulamenta:

Aplica/Regulamenta	
Foi encontrada 1 associação.	
Data	Texto
	Al c) do art. 161º da CRP

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Aplicado por/Regulamentado por:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Aplicado Por/Regulamentado Por

Foram encontradas 25 associações.

Data	Texto	Diploma
2015-04-30	Despacho n.º 4387/2015 - Diário da República n.º 84/2015, Série II de 2015-04-30	Despacho n.º 4387/2015 - Diário da República n.º 84/2015, Série II de 2015-04-30
2015-01-15	Despacho n.º 406/2015 - Diário da República n.º 10/2015, Série II de 2015-01-15	Despacho n.º 406/2015 - Diário da República n.º 10/2015, Série II de 2015-01-15

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Modificações Sofridas:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Modificações Sofridas

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2015-10-02	Alterados a partir de 01.12.2015 os arts. 14.º, 23.º e 31.º pelo(a) Decreto-Lei n.º 214-G/2015 - Diário da República n.º 193/2015, 3º Suplemento, Série I de 2015-10-02	Decreto-Lei n.º 214-G/2015 - Diário da República n.º 193/2015, 3º Suplemento, Série I de 2015-10-02

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Modificações Produzidas:





Modificações Produzidas	
Foi encontrada 1 associação.	
Data	Texto
1993-08-26	Revoga, a partir de 01.09.2007, a Lei 65/93 de 26-Ago, DR.IS-A [200], na redacção das Leis 8/95 de 29-Mar, 94/99 de 16-Jul e do art.º 19.º da Lei 19/2006 de 12-Jun


Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)



Direito Comunitário:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

 [Direito Comunitário](#)  [Modificações](#)  [Retificações](#)  [Outras Bases de Dados](#)

 [Parlamento](#)

 [Exportar](#)  [Imprimir](#)

Outros Tipos:

Direito Comunitário

Foi encontrada 1 associação.





Data	Texto
2003-12-31	Directiva 2003/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro


Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

 [Direito Comunitário](#)  [Modificações](#)  [Retificações](#)  [Outras Bases de Dados](#)

 [Parlamento](#)

Parlamento

Projeto de Lei 343/X: Quarta alteração à Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 8/95, de 29 de Março, n.º 94/99, de 16 de Julho, e n.º 19/2006, de 12 de Junho

Autoria

- Deputados
 - JOÃO CRAVINHO (PS)
 - IRENE VELOSO (PS)
 - RICARDO RODRIGUES (PS)
 - HELENA TERRA (PS)
 - JOSÉ VERA JARDIM (PS)

2007-01-25 | **Entrada**

2007-01-30 | **Admissão**



2007-01-30 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**


Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Jurisprudência Associada:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos:

Jurisprudência Associada

Foram encontradas 2 associações.





Data	Texto
2015-04-07	AC. 117/2015 de 12-fev do TCS, DR.IIS [67] de 07-abr (Proc. 686/12; al. d) do n.º 1 do art. 4.º)
2011-01-27	AC 496/2010 de 15-Dez do TCS (Processo nº 964/09) DR.IIS [19] de 27.01.2011 (Al. b) do nº 2 do art. 3º e al. d) do nº 1 do art. 4º)


Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24


 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

1 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	02/09/2012	3/12.2yflsb	Manuel BRAZ	JUIZ Recurso Contencioso Conselho Superior da Magistratura Processo Disciplinar Intimação para Obtenção de Informações

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Parlamento

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

77 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa





	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	05/19/2016	0577/16	Vítor Gomes	Recurso de Revista Excepcional Admissão do Recurso
<input type="checkbox"/>	10/29/2015	014/12	Carlos Carvalho	Processo Disciplinar Relatório Final Notificação do Relatório
<input type="checkbox"/>	02/04/2016	01370/15	ANA Paula Portela	Intimação para Prestação de Informações Consulta de Processo Passagem de Certidões


Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

LEI N.º 46/2007

Diário da República n.º 163/2007, Série I de 2007-08-24


 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

33 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	05/20/2016	00836/15.8becbr	Rogério Paulo da Costa Martins	Caducidade do Direito de Acção; Nomeação de Patrono;
<input type="checkbox"/>	01/22/2016	00715/15.9becbr	Luis Migueis Garcia	Intimação para Passagem de Certidão e Prestação de Informações.
<input type="checkbox"/>	01/08/2016	02839/14.0beprt	Luis	Intimação para Passagem de Certidão

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão